

Projeto de Lei nº 486, de 2022

Iniciativa: Senador José Serra (PSDB/SP)

Ementa:

Altera as Leis nºs 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal, para estabelecer a destinação de florestas públicas; 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para tipificar o crime de inscrição fraudulenta no Cadastro Ambiental Rural; 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, para vedar a conversão para uso alternativo do solo de florestas públicas não destinadas; e 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, para vedar o registro no Cadastro Ambiental Rural de imóveis rurais localizados em áreas protegidas e em florestas públicas não destinadas.

Assunto: Jurídico - Direito Notarial e Registral**Data de Leitura:** 09/03/2022

Em tramitação

Decisão:	-	Último local:	09/11/2023 - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária
Destino:	-	Último estado:	25/02/2025 - MATÉRIA COM A RELATORIA
Relatoria atual:	Relator: Senador Jaime Bagattoli		

Matérias Relacionadas:

Requerimento nº 424 de 2022

Despacho:

19/04/2023

Leitura da Matéria

Análise - Tramitação sucessiva, Instrução da matéria

(SF-CMA) Comissão de Meio Ambiente

(SF-CRA) Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Relatoria:

CMA - (Comissão de Meio Ambiente)

Relator(es):

Senador Fabiano Contarato (encerrado em 08/11/2023 - Deliberação da matéria)

CRA - (Comissão de Agricultura e Reforma Agrária)

Relator(es):

Senador Humberto Costa (encerrado em 19/02/2025 - Alteração na composição da comissão)
Senador Jaime Bagattoli

TRAMITAÇÃO

25/02/2025 CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA**Ação:** Redistribuído ao Senador Jaime Bagattoli, para emitir relatório.

19/02/2025 CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

TRAMITAÇÃO

Ação: Devolvido pelo relator, Senador Humberto Costa, em virtude de não mais pertencer aos quadros desta Comissão. A matéria será redistribuída.

21/11/2023 CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Distribuído ao Senador Humberto Costa, para emitir relatório.

09/11/2023 CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Recebido na Secretaria da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Matéria aguardando designação de Relatoria.

08/11/2023 CMA - Comissão de Meio Ambiente

Ação: Encerrada a relatoria do Senador Fabiano Contarato por deliberação da matéria.

08/11/2023 CMA - Comissão de Meio Ambiente

Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO

Ação: Na 37ª reunião, a Comissão aprovou o relatório do senador Fabiano Contarato, favorável ao PL 486/2022.

Matéria segue à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Link da reunião: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/reuniao?reuniao=12080>

Publicado no DSF Páginas 723-732 - DSF nº 194

06/11/2023 CMA - Comissão de Meio Ambiente

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria constante da Pauta da 37ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, agendada para o dia 08/11/2023.

25/10/2023 CMA - Comissão de Meio Ambiente

Situação: PEDIDO DE VISTA CONCEDIDO

Ação: Em reunião realizada em 25/10/2023, foi concedida vista coletiva, nos termos do art. 132 do Regimento Interno do Senado Federal.

23/10/2023 CMA - Comissão de Meio Ambiente

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria constante da Pauta da 35ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, agendada para o dia 25/10/2023.

21/09/2023 CMA - Comissão de Meio Ambiente

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido o relatório do senador Fabiano Contarato pela aprovação do Projeto de Lei nº 486, de 2022.

TRAMITAÇÃO

15/06/2023 CMA - Comissão de Meio Ambiente

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Distribuído ao Senador Fabiano Contarato, para emitir relatório.

02/05/2023 CMA - Comissão de Meio Ambiente

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Encerrado o prazo para apresentação de Emendas perante a Comissão de Meio Ambiente ao PL 486/2022 , terminativo (Art. 122, II, "c", do RISF).

Não foram apresentadas emendas. Matéria aguarda designação de relator.

24/04/2023 CMA - Comissão de Meio Ambiente

Ação: Aberto o prazo para apresentação de Emendas perante a Comissão de Meio Ambiente ao PL 486/2022 , terminativo (Art. 122, II, "c", do RISF).

De 24/04/2023 a 28/04/2023.

20/04/2023 CMA - Comissão de Meio Ambiente

Ação: Recebido na secretaria da comissão nesta data.

Aguardando prazo de abertura do recebimento de emendas.

20/04/2023 CMA - Comissão de Meio Ambiente

Ação: Prazo: Apresentação de Emendas a projeto terminativo em Comissão (Art. 122, II, "c", do RISF). De 24/04/2023 a 28/04/2023. Perante a CMA.

19/04/2023 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: A matéria vai à CMA, posteriormente à CRA, em decisão terminativa, nos termos do art. 91, inciso I, do Regimento Interno, podendo receber emendas perante a primeira comissão de despacho pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, c, do Regimento Interno.

Publicado no DSF Páginas 140 - DSF nº 58

21/12/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: A proposição continua a tramitar, nos termos do art. 332 do Regimento Interno.

06/06/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO

Ação: Aguardando inclusão em Ordem do Dia do Requerimento nº 424, de 2022, do Senador Jaques Wagner, de oitiva da Comissão de Meio Ambiente.

Votação, em turno único.

03/06/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal

TRAMITAÇÃO

Ação: Encaminhado à publicação o Requerimento nº 424/2022, do Senador Jaques Wagner, de oitiva da CMA.

03/06/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Recebido RQS 424/2022, do Senador Jaques Wagner, solicitando audiência da Comissão de Meio Ambiente sobre o PL 486/2022.

09/03/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encaminhado à publicação, em 09/03/2022.

Publicado no DSF Páginas 473-480 - DSF nº 27

DOCUMENTOS

PL 486/2022

Data: 09/03/2022

Autor: Senador José Serra (PSDB/SP)

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Altera as Leis nºs 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal, para estabelecer a destinação de florestas públicas; 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para tipificar o crime de inscrição fraudulenta no Cadastro Ambiental Rural; 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, para vedar a conversão para uso alternativo do solo de florestas públicas não destinadas; e 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, para vedar o registro no Cadastro Ambiental Rural de imóveis rurais localizados em áreas protegidas e em florestas públicas não destinadas.

Avulso inicial da matéria

Data: 09/03/2022

Autor: Senado Federal

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Encaminhado à publicação, em 09/03/2022.

Descrição/Ementa: -

RQS 424/2022

Data: 03/06/2022

Autor: Senador Jaques Wagner (PT/BA)

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Recebido RQS 424/2022, do Senador Jaques Wagner, solicitando audiência da Comissão de Meio Ambiente sobre o PL 486/2022.

Descrição/Ementa: Oitiva da Comissão de Meio Ambiente sobre o PL 486/2022.

Relatório Legislativo

Data: 21/09/2023

Autor: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

Local: Comissão de Meio Ambiente

DOCUMENTOS

Ação Legislativa: Recebido o relatório do senador Fabiano Contarato pela aprovação do Projeto de Lei nº 486, de 2022.

Descrição/Ementa: Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, sobre o Projeto de Lei nº 486, de 2022, do Senador José Serra, que altera as Leis nºs 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que “dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal”, para estabelecer a destinação de florestas públicas; 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que “dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências”, para tipificar o crime de inscrição fraudulenta no Cadastro Ambiental Rural; 11.284, de 2 de março de 2006, que “dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável”, para vedar a conversão para uso alternativo do solo de florestas públicas não destinadas; e 12.651, de 25 de maio de 2012, que “dispõe sobre a proteção da vegetação nativa”, para vedar o registro no Cadastro Ambiental Rural de imóveis rurais localizados em áreas protegidas e em florestas públicas não destinadas.

Listagem ou relatório

Data: 08/11/2023

Autor: Comissão de Meio Ambiente

Local: Comissão de Meio Ambiente

Descrição/Ementa: Lista de Presença da 36ª Reunião Deliberativa da Comissão de Meio Ambiente

P.S 27/2023 - CMA

Data: 08/11/2023

Autor: Comissão de Meio Ambiente

Local: Comissão de Meio Ambiente

Ação Legislativa: Na 37ª reunião, a Comissão aprovou o relatório do senador Fabiano Contarato, favorável ao PL 486/2022. Matéria segue à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.
Link da reunião: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/reuniao?reuniao=12080>

Descrição/Ementa: Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, sobre o Projeto de Lei nº 486, de 2022, do Senador José Serra, que altera as Leis nºs 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que “dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal”, para estabelecer a destinação de florestas públicas; 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que “dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências”, para tipificar o crime de inscrição fraudulenta no Cadastro Ambiental Rural; 11.284, de 2 de março de 2006, que “dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável”, para vedar a conversão para uso alternativo do solo de florestas públicas não destinadas; e 12.651, de 25 de maio de 2012, que “dispõe sobre a proteção da vegetação nativa”, para vedar o registro no Cadastro Ambiental Rural de imóveis rurais localizados em áreas protegidas e em florestas públicas não destinadas.